



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO

O Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Ambiental (C.E.E.C.A), Eng. Civil **ANTONIO CARLOS DO AMARAL RIBEIRO**, no uso de suas competências regimentais, conforme inciso IX do artigo 59 do Regimento Interno do CREA/MA, distribui para elaboração de relatório e voto fundamentado, o processo nº **2584367/2019** ao Conselheiro Regional:

	Eng. Civil VALDENER CASTRO SILVA
	Eng. Civil ARNALDO CARVALHO MUNIZ
	Eng. Civil EURIDICE AMÉLIA REIS RABELO
	Eng. Civil NAGIB ABRAHÃO DUAILIBE NETO
	Eng. Civil RANYELLE RICARDO SANTOS
	Eng. Civil JOSÉ HENRIQUE CAMPOS FILHO
X	Eng. Civil PAULO SERGIO SANTOS MOREIRA
	Geól. THIAGO VIEIRA MOREIRA
	Eng. Civil LUIS ANTONIO SIMÕES HADADE
	Eng. Civil RAIMUNDO XAVIER LIMA SILVA

São Luis, 07 de maio de 2019


Eng. Civ. - Antônio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1113599162



Serviço Público Federal
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada:	Engenharia Civil, Geologia e Minas
Referência:	Autos de Infração nº 26054/2018 e Defesa nº 2584367/2019
Interessado:	ADRIANO PEREIRA LOPES

RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

HISTÓRICO:

O profissional **ADRIANO PEREIRA LOPES**, autuado por falta de PLACA DE RESPONSABILIDADE DO MESMO, NO LOCAL DA OBRA, AMPLIAÇÃO PREDIAL DE UM PAVIMENTO SUPERIOR, NA RUA DA CAEMA, Q-H Nº 34, BAIRRO PARAISO DAS ROSAS, SÃO JOSE DE RIBAMAR-MA, apresentou protocolo de defesa, neste Conselho sob o n.º 2591559/2019, alegando da dificuldade para o pagamento dos valores das multas aplicadas, solicitando redução dos valores das multas para que proceda o pagamento das mesmas.

O processo em tela foi encaminhado a esta Câmara Especializada do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - CREA/MA para decisão do pedido e, analisando os argumentos de defesa e documentos anexados, tem-se as seguintes considerações:

CONSIDERAÇÕES:

CONSIDERANDO que o Auto de Infração deu-se em razão da FATA DA PLACA DE RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL PELA EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO PREDIAL;

CONSIDERANDO o art. 16 da Lei 5.194/66, o qual estabelece que “Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatório a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos”;

CONSIDERANDO a Resolução nº 407/1996 do Confea, que Revoga a Resolução nº 250/77 e que regula o tipo e uso de placas de identificação de exercício profissional em obras, instalações e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, in verbis:

Art. 1º - O uso de placas de identificação do exercício profissional é obrigatório de acordo com o Art. 16 da Lei 5.194/66.

Art. 2º - Os infratores estão sujeitos a pagamento de multa prevista no Art. 73, alínea "a", da Lei 5.194/66.

CONSIDERANDO que de acordo com o referido artigo, a placa da obra deve ser colocada no início dos serviços, ou seja, iniciada a obra esta deve constar de placa durante todo o tempo de sua execução;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

CONSIDERANDO que o profissional foi autuado em 21/12/2018, e informou que colocou a Placa da Obra em 03/01/2019, portanto iniciou a obra sem a referida placa.

CONSIDERANDO ainda, que a autuada não trouxe argumentos suficientes para elidir a imposição da penalidade;

CONSIDERANDO o §2º do art. 11 da Resolução 1008/04 do CONFEA que diz que “lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exige o autuado das cominações legais”;

CONSIDERANDO o art. 43 da Resolução nº 1.008/04 do CONFEA, *in verbis*:

Art. 43. As multas serão aplicadas proporcionalmente à infração cometida, visando ao cumprimento da finalidade do interesse público a que se destina, observados os seguintes critérios:

I - os antecedentes do autuado quanto à condição de primariedade, reincidência ou nova reincidência de autuação;

II – a situação econômica do autuado;

III – a gravidade da falta;

IV – as conseqüências da infração, tendo em vista o dano ou o prejuízo decorrente; e

V – regularização da falta cometida.

(...)

§ 3º É facultada a redução de multas pelas instâncias julgadoras do Crea e do Confea nos casos previstos neste artigo, respeitadas as faixas de valores estabelecidas em resolução específica.

CONSIDERANDO que a interessada dispõe de primariedade na prática da conduta, bem como **regularizou a falta cometida**;

CONSIDERANDO que existe um grau de discricionariedade para o administrador na diminuição das respectivas multas quando atendidos os requisitos no artigo 43 da resolução 1008/04 do CONFEA;

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida;

CONSIDERANDO o Anexo da Decisão PL 1611/2018:

VOTO:

Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, e constatação de inexistência de qualquer nulidade evidente, recomenda a Manutenção da autuação, por infração ao artigo 16 da Lei 5.194/66 e Resolução nº 407/1996, com APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA, prevista no Art. 73, alínea "a", da Lei 5.194/66, e a **REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA**, nos seguintes termos:

- 1- Redução do valor original da multa ao valor mínimo previsto no ANEXO DA DECISÃO PL-1611/2018, ficando o débito original no valor de R\$ 227,17 (duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos) acrescidos dos juros e atualizações monetárias devidos.

É o voto.

Encaminho a Reunião da Câmara para Decisão.

É o voto.

São Luís - MA, 07 de maio de 2019.

Geol.-Thiago Vieira
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 0602857505



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

Câmara Especializada:	Engenharia Civil, Geologia e Minas
Referência:	Autos de Infração nº 26054/2018 e Defesa nº 2584367/2019
Interessado:	ADRIANO PEREIRA LOPES
Decisão da Câmara Especializada:	C.E.E.C.G.M Nº. 180/2019

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. DEFESA INTEMPESTIVA. FALTA DE PLACA NA OBRA. MANUTENÇÃO DO AUTO E APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA.

DECISÃO:

A Câmara especializada de Engenharia Civil, Geologia e Minas, reunida nesta data; e analisando o processo do profissional **ADRIANO PEREIRA LOPES**, POR FALTA DE PLACA DE RESPONSABILIDADE DO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA, AMPLIAÇÃO PREDIAL DE UM PAVIMENTO SUPERIOR, apresentou protocolo de defesa, neste Conselho sob o n.º 2591559/2019, alegando da dificuldade para o pagamento dos valores das multas aplicadas, solicitando redução dos valores das multas para que proceda o pagamento das mesmas; CONSIDERANDO que o Auto de Infração deu-se em razão da falta da PLACA DE RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA; CONSIDERANDO o art. 16 da Lei 5.194/66 o qual estabelece que “Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatório a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos”; CONSIDERANDO a Resolução nº 407/1996 do Confea, que Revoga a Resolução nº 250/77 e que regula o tipo e uso de placas de identificação de exercício profissional em obras, instalações e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, in verbis: Art. 1º - O uso de placas de identificação do exercício profissional é obrigatório de acordo com o Art. 16 da Lei 5.194/66. Art. 2º - Os infratores estão sujeitos a pagamento de multa prevista no Art. 73, alínea "a", da Lei 5.194/66; CONSIDERANDO que de acordo com o referido artigo, a placa da obra deve ser colocada no início dos serviços, ou seja, iniciada a obra esta deve constar de placa durante todo o tempo de sua execução; CONSIDERANDO que o autuado tomou ciência da autuação em 21/12/2018 e apresentou sua defesa intempestivamente em 03/01/2019, fora do prazo de 10 (dez) dias, não atendendo a exigência regulamentada na Resolução nº 1008/04, restando configurado a revelia; CONSIDERANDO ainda que o autuado não trouxe argumentos suficientes para elidir a imposição da penalidade; CONSIDERANDO o §2º do art. 11 da Resolução 1008/04 do CONFEA que diz que “lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exige o autuado das cominações legais”; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, e constatação da apresentação de defesa fora do prazo, bem como inexistência de qualquer nulidade evidente, **DECIDIU**: Diante das considerações e verificação da documentação apensada ao processo, e constatação de inexistência de qualquer

A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA/MA

nulidade evidente, recomenda a Manutenção da autuação, por infração ao artigo 16 da Lei 5.194/66 e Resolução nº 407/1996, com APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA, prevista no Art. 73, alínea "a", da Lei 5.194/66, e a **REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA**, nos seguintes termos: Redução do valor original da multa ao valor mínimo previsto no ANEXO DA DECISÃO PL-1611/2018, ficando o débito original no valor de R\$ 227,17 (duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos) acrescidos dos juros e atualizações monetárias devidos.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Luís - MA, 07 de maio de 2019.



Eng. Civ. Antônio Carlos A. Ribeiro
Conselheiro Regional do CREA-MA
RN - 1113599162